

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 28\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO por cada duas páginas	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura ao cargo, autenticado com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO:

Despacho n.º 31/84:

Designando o Director de Gabinete de Estudos do Ministério dos Transportes e Comunicações Cláudio Duarte para, em substituição do Secretário-Geral António Omar Lima, representar o mesmo Ministério na Comissão Nacional de Bolsas de Estudos

Despacho n.º 32/84:

Designando o Engenheiro Hélder Benrós Melo Araújo, para integrar o Gabinete do Porto da Praia.

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despacho:

Nomeando novos membros do Conselho Deliberativo de Santa Catarina.

Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção-Geral da Função Pública.

Ministério do Interior:

Direcção-Geral da Administração Interna.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

Despacho n.º 31/84

É designado o director de Gabinete de Estudos do Ministério dos Transportes e Comunicações Cláudio Duarte para, em substituição do Secretário-Geral António Omar Lima, representar o mesmo Ministério na Comissão Nacional de Bolsas de Estudos.

Gabinete do Primeiro Ministro, 20 de Julho de 1984.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Despacho n.º 32/84

Ao abrigo do disposto no artigo 3.º, n.ºs 1 e 2 do Decreto n.º 59/84 de 30 de Junho, que aprova o acordo que cria e define os estatutos do Gabinete do Porto da Praia, em conjugação com o artigo 4.º, n.ºs 1, 2 e 3 do referido estatuto, é designado o Engenheiro Hélder Benrós Melo Araújo, para integrar o Gabinete do Porto da Praia.

Gabinete do Primeiro Ministro, 26 de Julho de 1984.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

—o—

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Despacho

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 58/75, de 13 de Dezembro, nomeio os cidadãos abaixo designados como membros do Conselho Deliberativo de Santa Catarina, em substituição dos membros cessantes, Carlos Alberto Gonçalves, José Ascensão Teixeira Barbosa e José Lopes Ferreira:

Efectivos:

João Evangelista dos Santos Almeida, técnico agrário auxiliar, extencionista do PRODESA;

Silvério Lopes Tavares, camponês cooperativista;

Arlindo Moreira Tavares, professor de posto do Ensino Primário.

Gabinete do Ministro do Interior, na Praia, 21 de Julho de 1984. — O Ministro, *Júlio César de Carvalho*.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção-Geral da Função Pública

Despachos do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 23 de Julho de 1984:

José António Borja Benchimol de Sousa Lobo, adido de embaixada, interino — exonerado, por conveniência de serviço, das referidas funções, com efeitos a partir de 1 de Agosto inclusivé.

Alfredo Caetano Gomes, Júnior, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, interino — exonerado, por conveniência de serviço, das referidas funções, com efeitos a partir de 1 de Agosto inclusivé.

Despachos do Camarada Ministro do Interior:

De 8 de Julho de 1984:

César Lopes Tavares, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Administração Interna — promovido, à classe imediata, nos termos do artigo 8.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 42.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 23 de Julho de 1984).

De 21:

Silvestre Lopes Rodrigues, agente das Forças de Segurança e Ordem Pública — exonerado das referidas funções, a seu pedido, com efeitos a partir de 26 de Julho do corrente ano.

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 8 de Junho de 1984:

Eduíno Cunha Lopes Afonso, professor de posto escolar, contratado — nomeado, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de secretário da inspecção, com colocação no concelho da Praia.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 30.º, artigo 209.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 20 de Julho de 1984)

Maria Teresa de Melo Rodrigues, professora eventual do 4.º nível, em exercício na secção do Sal do Liceu «Domingos Ramos» — exonerada, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 9 de Junho do corrente ano.

De 13:

Alcindo do Rosário Gomes, prorrogado por 90 dias o prazo para a posse no cargo de contínuo da Escola Preparatória «Jorge Barbosa».

De 25:

Eduardo Augusto Cardoso, técnico superior de 3.ª classe da Direcção-Geral de Cultura — reconduzido, por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 32.º, artigo 228.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 29 de Julho de 1984).

De 3 de Julho:

Horácio Gomes Barros, professor de posto escolar, contratado — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 48.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 24 de Julho de 1984).

De 9:

Elizabeth Ernestina Gomes Monteiro Reis, professora do 4.º nível de 3.ª classe em exercício no Liceu «Ludgero Lima» — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 22.º, artigo 160.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 24 de Julho de 1984).

Despachos do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 6 de Junho de 1984:

Cizinando Baptista Gomes Furtado, agente de 2.ª classe, da Polícia Marítima — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 31.º do orçamento vigente — (Anotado pelo Tribunal de Contas, em 24 de Julho de 1984):

De 18 de Julho:

Carlos da Luz Pires — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, definiti-

vamente, o cargo de patrão de embarcações a motor da Capitania dos Portos.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 31.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 23 de Julho de 1984).

Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

De 4 de Maio de 1984:

António de Pina, técnico auxiliar de 2.ª classe, provisório da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — transferido, por conveniência de serviço, para a Repartição Concelhia do MDR — Ilha do Fogo.

De 26 de Junho:

Orlando Correia Semedo, chefe de trabalho de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais do MDR — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 72.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 28 de Julho de 1984).

De 16 de Julho:

Manuel Livramento Delgado — contratado, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de lubrificador de 3.ª classe do Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas do Ministério do Desenvolvimento Rural.

Paulo António Ramos — contratado, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de condutor-auto de 3.ª classe (pesado) do Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas do Ministério do Desenvolvimento Rural.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 43.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Julho de 1984).

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 24 de Julho de 1984:

Ubaldo Lopes, procurador sub-regional de 3.ª classe, interino do quadro de pessoal do Ministério Público — exonerado do referido cargo, com efeitos a partir de 1 de Agosto, data em que deverá tomar posse do cargo de Presidente da Reforma Agrária, devendo cessar imediatamente as funções de Procurador Regional do Fogo, que vinha exercendo por substituição.

De 25:

Silvio Varela Moreira, auxiliar de 3.ª classe, provisório, do quadro da Direcção-Geral de Estudos, Legislação e

Documentação — exonerado do referido cargo, a partir da data em que tomar posse no cargo de oficial de diligências do Tribunal Regional de 1.ª classe da Praia

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 10 de Julho de 1984:

Manuel João Andrade — assalariado, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de agente sanitário, da Direcção-Geral de Saúde, com colocação na Ribeira Grande.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 19.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Julho de 1984)

Maria Madalena Pires — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe da Direcção-Geral de Saúde, ficando colocada na Direcção da PMI/PF — S Vicente, com efeito retroactivo a partir de 1 de Janeiro, nos termos do Decreto n.º 148/83.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 19.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Julho de 1984)

Idalina Gomes Miranda — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente da Direcção-Geral de Saúde, com colocação no Hospital de S. Filipe — Fogo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 19.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Julho de 1984)

Etelmina de Freitas Vitória Levy, chefe de secção, definitiva, da Direcção-Geral da Administração Interna, exercendo interinamente o cargo de chefe de departamento — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 4 de Julho de 1984, que é do seguinte teor:

«Apresentada: Que a examinada encontra-se incapaz para continuar a desempenhar as suas actividades profissionais».

De 20:

Maria Engénia do Rosário Brito Évora Alves Andrade, servente da Direcção-Geral de Saúde — exonerada, a seu pedido, das referidas funções.

De 27:

Érico Danielson Ramos Spencer, filho do técnico profissional de 1.º nível de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde Maria Celeste B. Ramos — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 26 de Julho de 1984, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado com urgência para o exterior e para um centro especializado em cardiologia por se encontrarem esgotados os re-

curso local de tratamento e se presumir perigo de vida com a permanência neste Estado».

Obs.: Dada a sua menoridade deve ser acompanhado por pessoa de família.

De 30:

Amélia Pereira Dias dos Santos, técnico profissional de 1.º nível de 2.ª classe, em serviço no Hospital «Baptista de Sousa», em S. Vicente — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 26 de Julho de 1984, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser evacuada para o exterior com máxima urgência a fim de ser presente num centro especializado em cirurgia por estarem esgotados os recursos locais de tratamento e sua vida perigar com a permanência no país».

Despacho do Camarada Ministro da Habitação e Obras Públicas:

De 13 de Julho de 1984:

Hermínio Albertino Ferreira Silva, técnico superior de 3.ª classe, provisório, do quadro da Direcção-Geral de Urbanismo, Habitação e Saneamento Básico — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 27.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 25 de Julho de 1984).

Despacho do Camarada Secretário de Estado do Comércio e Turismo:

De 27 de Junho de 1984:

Celeste Aquelina Pereira Lima Rosa — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente da Direcção-Geral do Turismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 13.º, artigo 108.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 31 de Julho de 1984).

Despachos do Camarada Director-Geral da Função Pública, por delegação do Camarada Primeiro Ministro:

De 26 de Maio de 1984:

Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda, técnico superior de 3.ª classe, provisório, do Ministério da Defesa Nacional, em comissão eventual de serviço no estrangeiro — dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir de 6 de Junho, data em que reassumiu as suas funções.

De 22 de Junho:

Bebiana Correia Silva, encarregada de limpeza da Direcção-Geral da Administração Interna, colocada no Arquivo

Nacional de Identificação Civil — desligada de serviço para efeitos de aposentação por ter atingido o limite de idade e fixada a pensão provisória anual de esc: 20 250\$ (vinte mil duzentos e cinquenta escudos), sujeita à rectificação, calculada nos termos do artigo 6.º, n.º 1 do Decreto n.º 52/75, correspondente a 27 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 30 de Julho de 1984).

De 6 de Julho:

Matilde Joana Silva, servente das Forças de Segurança e Ordem Pública — desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto n.º 52/75, com efeito a partir de 24 de Abril de 1984, devendo ser abonado da pensão provisória anual de 42 840\$, sujeita à rectificação, calculada de harmonia com o n.º 1 do artigo 6.º do já citado diploma e correspondente a 28 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 24.º, artigo 179.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 24 de Julho de 1984).

Hermengarda da Graça Barbosa Brito, 3.º oficial interino, do Ministério dos Negócios Estrangeiros — colocada em comissão eventual de serviço, a partir da data do embarque para Brasil, a fim de frequentar um curso de Secretariado, por um período de 6 meses.

Madalena Ivone Cardoso Ferreira Santos, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, provisória do Ministério dos Negócios Estrangeiros — colocada em comissão eventual de serviço, a partir da data do embarque para Brasil, a fim de frequentar um curso de Secretariado, por um período de 6 meses.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento vigente. — (Anotados pelo Tribunal de Contas, em 23 de Julho de 1984).

De 25:

Maria José da Graça da Luz, monitora especial, de 3.ª classe, provisória, em exercício na Escola Preparatória «Jorge Barbosa» — conta, para efeitos de mudança de classe, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 24 de Janeiro de 1975 a 31 de Julho de 1975	—	6	8
De 1 de Dezembro de 1975 a 7 de Setembro de 1976	—	9	7
De 25 de Outubro de 1976 a 15 de Agosto de 1977	—	9	21
De 1 de Outubro de 1977 a 31 de Julho de 1978	—	10	11
De 3 de Outubro de 1978 a 31 de Julho de 1979	—	9	29

	A	M	D
De 3 de Outubro de 1979 a 31 de Julho de 1980	9		29
De 8 de Outubro de 1980 a 31 de Julho de 1981	9		24
De 5 de Outubro de 1981 a 31 de Julho de 1982	9		27
De 15 de Outubro de 1982 a 31 de Julho de 1983	9		27
De 20 de Outubro de 1983 a 31 de Maio de 1984	7		8
Total	7	7	25

Vitória Lima Pinto, professora de posto escolar, contratada — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 22 de Novembro de 1968 a 30 de Junho de 1969	7		9
De 1 de Outubro de 1969 a 5 de Agosto de 1970	10		5
De 1 de Janeiro de 1971 a 5 de Agosto de 1971	7		5
De 6 de Outubro de 1971 a 5 de Agosto de 1972	10		—
De 6 de Outubro de 1972 a 5 de Agosto de 1973	10		—
De 7 de Outubro de 1973 a 5 de Agosto de 1974	9		29
De 7 de Outubro de 1974 a 5 de Agosto de 1975	9		29
De 27 de Novembro de 1975 a 5 de Setembro de 1976	9		9
De 5 de Novembro de 1976 a 5 de Agosto de 1977	9		1
De 3 de Outubro de 1977 a 5 de Agosto de 1978	10		3
De 3 de Outubro de 1978 a 29 de Fevereiro de 1984	5	4	27
Total	13	1	27

Maria Cristina Monteiro Tavares, professora de posto escolar, contratada — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 1 de Novembro de 1978 a 31 de Janeiro de 1984	5	3	1

Maria Luísa da Silva Rodrigues Monteiro, professora de posto escolar, contratada — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 8 de Outubro de 1973 a 27 de Agosto de 1974	10		20

	A	M	D
De 1 de Novembro de 1974 a 31 de Maio de 1984	9	7	1
Total	10	5	21

Despacho do Camarada Secretário-Geral, por delegação do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 2 de Julho de 1984:

Ana Maria Silva Andrade, professora do Ensino Básico Elementar — concedida a mudança de escalão correspondente à 2.ª classe do 2.º nível, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 59.º do mesmo Diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «L», com efeitos a partir de 27 de Junho de 1984

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 48.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 20 de Julho de 1984).

Despachos do Camarada Director do Hospital Central da Praia, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 20 de Julho de 1984:

Catarina Delgado, servente da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 19 de Julho de 1984, que é do seguinte teor:

«Que as faltas dadas ao serviço até esta data sejam consideradas justificadas».

De 27:

Gastão Gomes, servente da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 26 de Julho de 1984, que é do seguinte teor:

«Que o examinado necessita deslocar-se à ilha do Fogo, para realização de exames radiológicos impossíveis de se efectuar no Hospital da Praia».

Despachos do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 27 de Junho de 1984:

Maria Piedade Fonseca, enfermeira da Direcção Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 21 de Junho de 1984, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser de novo presente à consulta de ORL e regressar à Junta com estudo mais exaustivo do seu quadro patológico, nomeadamente laboratorial e radiologia».

De 3 de Julho:

Emília Arcângela Craveiro Rocha, professora, aposentada; do ensino básico elementar — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 28 de Junho de 1984, que é do seguinte teor:

«Apresentada».

Obs.: Regressada de Portugal onde esteve em tratamento.

COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos comunica-se que Maria da Conceição Moniz Semedo, professora de posto escolar, contratada, da Divisão do Ensino Básico Elementar que se encontrava de licença registada, reassumiu as suas funções em 1 de Julho de 1984.

Para os devidos efeitos, comunica-se que faleceu no dia 7 do corrente mês, o agente sanitário da Direcção-Geral de Saúde, em serviço na Brigada de Luta Contra o Paludismo, Ernesto Varela.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 1 de Agosto de 1984. — O Director-Geral, Noel Monteiro de Sousa Pinto.

o

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção-Geral da Administração Interna

DECLARAÇÕES

De harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Decreto n.º 47/80, de 2 de Julho, com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 17/84, de 18 de Fevereiro, se publica que por despacho do Camarada Ministro do Interior, de 21 de Julho de 1984, foi autorizada a seguinte transferência de verba no orçamento do Município de S. Nicolau, em execução:

Capítulos	Artigos	Números	Designação das despesas	Reforços	Reduções
1.º			Despesas ordinárias		
			<i>Serviços gerais</i>		
			<i>Despesas correntes</i>		
	9.º		Conservação e aproveitamento de bens	550 000\$00	
			Despesas de capital		
	14.º		Investimentos:		
		1	Habitações:		
			a) Construção de moradias económicas em Cházinha e Tarrafal		550 000\$00
			Somas...	550 000\$00	550 000\$00

De harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Decreto n.º 47/80, de 2 de Julho, com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 17/84, de 18 de Fevereiro, se publica que por despacho do Camarada Ministro do Interior, de 21 de Julho de 1984, foi autorizada a seguinte transferência de verbas no orçamento do Município de Santa Catarina, em execução:

Capítulos	Artigos	Números	Designação das despesas	Reforços	Anulações e reduções
			Despesas ordinárias		
			<i>Serviços gerais</i>		
			<i>Despesas correntes</i>		
	7.º		Telefones individuais ...	5 000\$00	
			Bens duradouros:		
		1	Material de alojamento	50 000\$00	
		4	Material honorífico e de representação	10 000\$00	
			Bens não duradouros:		
		1	Combustíveis e lubrificantes	50 000\$00	
		3	Consumos de secretaria	50 000\$00	
	10.º		Conservação e aproveitamento de bens	500 000\$00	
			Despesas gerais de funcionamento:		
		4	Representação... ..	50 000\$00	
		6	Locação de bens	15 000\$00	
			<i>Despesas de capital</i>		
			Investimentos:		
		3	Construções deversas:		
			a) Remodelação do mercado da Vila de Assomada	100 000\$00	
			e) Construção de um Centro Polivalente nos Picos (1.ª fase)...	200 000\$00	
			g) Construção de um Centro Polivalente em Achada Lém (1.ª fase)		200 000\$00
			i) Construção de um Centro sócio-administrativo em Rincão	100 000\$00	
			j) Conclusão do campo polivalente de Assomada (1.ª fase) ...	100 000\$00	
			Serviços de abastecimento de água:		
			<i>Despesas correntes</i>		
	17.º		Vencimentos e salários.		

Capítulos	Artigos	Números	Designação das despesas	Reforços	Anulações e reduções	
3.º	19.º	1	Vencimento do pessoal dos quadros		187 200\$00	
		2	Salário do pessoal eventual... ..	150 000\$00		
3.º	21.º	Bens não duradouros:				
		1	Combustíveis e lubrificantes	120 000\$00		
4.º	23.º	Serviços de produção e distribuição de energia eléctrica:				
		<i>Despesas correntes</i>				
4.º	26.º	Vencimentos e salários				
		1	Vencimento do pessoal dos quadros		298 000\$00	
4.º	26.º	2	Salários do pessoal eventual... ..	150 000\$00		
		Bens não duradouros:				
5.º	32.º	1	Combustíveis e lubrificantes	500 000\$00		
		Serviços de urbanização e obras:				
5.º	32.º	<i>Despesas correntes</i>				
		Vencimentos e salários				
5.º	33.º	1	Vencimento do pessoal dos quadros		130 350\$00	
		2	Salário do pessoal eventual... ..	130 350\$00		
5.º	34.º	<i>Despesas comuns</i>				
		32.º	Pensão de sobrevivência	10 800\$00		
5.º	36.º	33.º	Abono de família	5 000\$00		
		34.º	Encargos de anos económico findos	8 783\$00		
5.º	36.º	Dotação de reserva			1 489 383\$00	
		Somos			2 304 933\$00	2 304 933\$00

Direcção-Geral da Administração Interna, na Praia, 23 de Julho de 1984. — Pelo Director-Geral, *Abraão Cabral Semedo Levy*, director de 1.ª classe.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção-Geral da Função Pública

ANÚNCIO DE CONCURSO

De harmonia com o despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural, de 21 do corrente, se faz público que pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, se acha aberto concurso de provas práticas para o preenchimento de va-

gas existentes e que venham a existir, pelo período de 2 anos, na categoria de escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe dos quadros do Ministério do Desenvolvimento Rural.

2. Poderão concorrer como candidatos facultativos:

- Os escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe assalariados do Ministério do Desenvolvimento Rural;
- Os cidadãos de nacionalidade caboverdiana, com mais de 18 anos e menos de 35 anos de idade e habilitados com o 2.º ano do Ensino Básico Complementar.

3. A admissão ao concurso é feita mediante requerimento dos interessados, com a assinatura reconhecida e dirigido ao Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural, devendo o mesmo ser acompanhado dos seguintes documentos:

- Certidão de idade;
- Certificado de habilitações literárias;
- Certificado comprovativo do cumprimento das leis do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino.

4. As provas serão elaboradas com base nos seguintes programas:

- Dactilografia:
 - Ditado com cerca de 250 palavras;
 - Cópia de um texto com cerca de 200 palavras;
 - Elaboração de um mapa;
- Estatuto do Funcionalismo:
 - Condições de ingresso nos quadros públicos;
 - Formas de provimento;
 - Deveres e direitos dos funcionários;
 - Sigilo.
- Parte geral:
 - Noções gerais sobre a Geografia de Cabo Verde;
 - Noções gerais sobre a Organização Política do Estado;
 - Noções gerais sobre o Programa do PAICV;
 - Redacção manuscrita de um tema de serviço.

5. Não poderão prestar provas os candidatos que não se fizeram acompanhar do respectivo bilhete de identidade.

6. Em caso de igualdade nas provas, terão preferência os candidatos que:

- Tenham mais tempo de serviço prestado ao Estado;
- Tenham maiores habilitações literárias.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 18 de Julho de 1984. — O Director-Geral, *Noel Monteiro de Sousa Pinto*.

Comissão Nacional de Bolsas de Estudos

Crerios para a selecção dos estudantes bolsistas para o ano lectivo 1984/85, homologados por despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura em 24 de Julho de 1984:

1.º Critério:

De entre os candidatos, dar preferência aos alunos que no ano anterior tinham sido propostos como bolsistas e não

seguiram para os países de estudo, por razões alheias à sua vontade.

2.º Critério:

Atender aos alunos que tenham concluído o Curso Complementar dos Liceus com média não inferior a 17 valores ou que estejam frequentando o Curso Complementar dos Liceus também com média não inferior a 17 valores.

3.º Critério:

Alunos que possuam as habilitações mínimas requeridas para os cursos a que concorreram, atendendo em primeiro lugar aos que tenham obtido melhores classificações.

4.º Critério:

Alunos que ainda não possuam as habilitações mínimas requeridas, dando prioridade aos melhores classificados.

5.º Critério:

Atender-se-á à situação sócio-económica do agregado familiar do candidato.

Nota 1. Para se decidir entre candidatos que possuam iguais habilitações e classificações será dada preferência àquele cujas condições sócio-económicas sejam comprovadamente mais desfavoráveis.

Nota 2. Em caso de decisão entre candidatos do mesmo nível sócio-económico, será dada preferência àquele que pertence a um agregado familiar em que nenhum elemento tenha beneficiado de bolsa de estudo.

6.º Critério:

Em igualdade de circunstâncias será dada preferência aos indivíduos que tenham prestado serviço ao Partido, ao Estado, às organizações de massas ou outras organizações sociais com boas informações:

7.º Critério:

Serão excluídos candidatos que tenham mau comportamento moral e cívico.

Comissão Nacional de Bolsas de Estudo, 20 de Julho de 1984. — O Presidente, *João Quirino Spencer*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Cartório Notarial da Região de 1.ª Classe da Praia

NOTÁRIO: JORGE RODRIGUES PIRES

EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas n.º 28/B, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, com a data de vinte e dois de Junho do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, na qual Nicolau Borges Pereira, solteiro, maior, operário, natural desta ilha, residente nesta cidade, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor do seguinte prédio: «Um prédio urbano, moradia, situado na Avenida Doutor Júlio Barbosa Nunes Pereira, coberto de telha de barro, rebocado e calado dentro e fora. térreo, com quatro moradias, que confronta do Norte com Clara Fernandes Alves, Sul com José Sequeira Miranda, herdeiros, Leste com Arcádio Henrique Fernandes e Oeste com a Avenida Doutor Júlio Barbosa Nunes Pereira, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Graça sob o número novecentos e cinquenta e dois, com o rendimento colectável de cinco mil e cem

escudos, a que corresponde o valor matricial de cento e dois mil escudos, o qual não se encontra descrito na Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe da Praia, conforme se vê da certidão negativa lá passada, que arquivo.

Que o outorgante adquiriu este prédio por compra que fez há mais de oito anos, aos herdeiros de Pedro Coelho Serra, por simples escritura particular que não chegou a ser lavrada na respectiva escritura de compra e venda por desconhecer actualmente o paradeiro de alguns dos vendedores.

Que, assim, não pode provar o seu domínio por documentos ou por meios normais e para suprir essa falta de título escrito, vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade do mencionado prédio.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e oitenta e quatro. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Artigo 18.º n.ºs 1 e 2 ...	70\$00
Cofre Geral ...	7\$00
Selos ...	25\$00
Soma ...	102\$00

São: (cento e dois escudos), conferido por *ilegível* Registado sob o n.º 3620/84.

(148)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro

DESPACHO N.º 33/84

Ouvido o parecer do Gabinete de Apoio às Empresas;

1. Aprovo o relatório e as contas da ENACOL — Empresa Nacional de Combustíveis, E. P. referentes ao exercício de 1983;

2. Aos resultados após impostos, no montante de 64 792 338\$, é dada a seguinte aplicação:

Reserva geral ...	20 000 000\$00
Reserva para melhoramentos ...	4 000 000\$00
Reserva para fins sociais ...	3 000 000\$00
Tesouro ...	37 792 338\$00
Total ...	64 792 338\$00

3. Sejam publicados no *Boletim Oficial* o relatório, as contas e o presente despacho.

Ministério da Economia e das Finanças, 6 de Julho de 1984. — O Ministro, *Oswaldo Lopes da Silva*.

ENACOL — Empresa Nacional de Combustíveis, E. P.

RELATÓRIO ANUAL — 1983

1. Mercado de petróleo
2. Aprovisionamento
3. Vendas
 - Mercado interno
 - Mercado de bancas
 - Mercado de aviação internacional
 - Vendas nos três mercados

4. Valor das vendas
5. Organização da Empresa e recursos humanos
6. Investimentos
7. Exercício financeiro
8. Considerações gerais.

1. Mercado de petróleo

O ano de 1983 caracterizou-se no sector de petróleos pela abundancia relativa deste produto no mercado apesar da situação de guerra no Médio Oriente.

Este facto veio a provocar no mês de Março a primeira baixa oficial dos preços de petróleo da OPEP.

Esta baixa, de cerca de 15% em US Dólar em cada barril de petróleo, foi, entretanto, anulada pelo rápido aumento do câmbio do dólar, cerca de 32% em 12 meses.

Para os países importadores do petróleo, a evolução global foi negativa e não positiva, como se poderia esperar no início do ano.

A nível do mercado de abastecimentos a navios, a situação no sector de navegação internacional continuou em crise, tendo provocado uma nova diminuição das vendas em Cabo Verde.

A evolução do mercado da Aviação Internacional em Cabo Verde foi, pelo contrário, positiva para o país, =12% de aumento das vendas e altamente positiva para a ENACOL, que conseguiu processar cerca de 21% deste mercado de reexportação em 1983.

2. Aprovisionamento

A actividade principal da ENACOL é abastecer o país com segurança.

Em continuação da política dos anos anteriores, estabelecemos e aprofundamos mais as seguintes relações comerciais:

- PETROBRÁS — Empresa Estatal do Brasil
- SONANGOL — Empresa Estatal de Angola
- CEPSA — Empresa Espanhola de Petróleos
- SIR — Sociedade de Refinação da Costa do Marfim.

A ENACOL, entretanto, continuou a adquirir produtos no mercado livre de modo a manter a máxima autonomia em relação a qualquer empresa.

Em 1983, o montante das importações da ENACOL foi superior a 13 milhões de Dollars USA.

Temos a destacar a primeira compra de petróleo bruto realizada pela ENACOL numa operação comercial de 8 milhões de dollars com a SONANGOL — Angola e a PETROBRÁS — Brasil em 1983.

3. Vendas

Mercado interno

A ENACOL conseguiu aumentar razoavelmente as suas vendas neste mercado, pois, registou uma variação +19% em relação ao ano de 1982.

Vendas efectuadas em 1982/83

(M/tons.)

Produtos	1982	1983
Gás butano	532	584
Petróleo	273	589
Gasolina super/normal... ..	684	878
Gasóleo	5 755	7 582
Fuel-óleo	5 612	5 623
Lubrificantes... ..	72	119
Oxigénio/acetileno	5	13
Total	12 933	15 388

Mercado de bancas

Este mercado de abastecimento a navios internacionais e nacionais foi o único sector com evolução negativa no volume de vendas da ENACOL em 1983.

Apresentou uma diminuição de 34%, facto bastante alarmante em relação ao futuro do Porto Grande na Ilha de S. Vicente.

A ENACOL tem procurado estabelecer relações comerciais com certas frotas de pescas de modo a enfrentar a concorrência dos portos vizinhos e a diminuição do número de petroleiros que transitam nesta área em favor do Canal de Suez que tem registado um fluxo progressivo ao longo destes anos, graças aos investimentos efectuados no aumento da sua capacidade de trânsito.

Bancas Nacionais e Internacionais — 1982/83

(M/tons.)

Produtos	1982	1983
Gasóleo	2 611	1 077
Fuel-óleo	1 102	1 852
«Intermediates»	6 806	4 040
Total	10 519	6 969

Mercado de Aviação Internacional

A ENACOL processou no sector da aviação mais de metade das suas vendas globais de 1983.

Os abastecimentos no Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral» por parte da ENACOL ultrapassaram os 20% deste mercado, que representa mais de 50% do mercado global de Cabo Verde.

A ENACOL irá, entretanto, diversificar as suas vendas na Aviação Internacional, de modo a atingir uma maior segurança comercial neste mercado.

O ano de 1983, que foi o 1.º ano de vendas da ENACOL em aviação, pois, em 1982 foram efectuados apenas 20 dias de abastecimentos, veio conferir à Empresa uma nova dimensão na sua actividade comercial.

Mercado de aviação — 1982/83

(M/tons.)

	1982	1983
JET-A1	913	26 197
Total	913	26 197

Vendas nos três mercados (M/tons.)

	1982	1983	
Mercado interno... ..	12 933	15 388	+19%
Mercado bancas	10 519	6 969	-34%
Mercado aviação... ..	913	26 197	
Total	24 365	48 554	+99%

A ENACOL teve, praticamente, uma duplicação do volume de vendas em 1983, em relação a 1982.

A aviação teve um peso de 54% nas vendas da ENACOL em 1983, peso esse que tentaremos minorar em 1984, aumentando as vendas no mercado de bancas internacionais e a implantação no mercado interno.

4. Valor das vendas

(Unidade — contos)

	1982	1983	
	442 571	1 275 912	+188%

Em 1983, a ENACOL, praticamente, triplicou o valor das vendas, ultrapassando o patamar de 1 milhão de contos, isto é, processou 1 milhão e 275 mil contos, passando a ser ao lado da EMPA uma das primeiras Empresas Nacionais em volume de negócios.

A Empresa Nacional de Combustíveis teve uma maior implantação no mercado interno, +19%, mas o aumento das vendas baseia-se fundamentalmente no volume do mercado da aviação internacional.

A ENACOL, em 1983, exportou cerca de 12,6 milhões de dólares USA nos mercados de aviação e bancas internacionais.

5. Organização da Empresa e Recursos Humanos

Organização

Em continuação do sistema implementado nos anos anteriores, a ENACOL recuperou o atraso na sua contabilidade e organizou melhor o relacionamento comercial com os agentes.

Recursos humanos

A empresa enquadra actualmente 62 trabalhadores distribuídos por três ilhas: S. Vicente — Sede da Empresa e instalação;

Santiago — Direcção Regional de Sotavento, instalação de combustíveis e instalação de gás butano;

Sal — Delegação do Sal e instalação de armazenagem da Palmeira.

Formação

Em continuação da sua política de formação e aperfeiçoamento dos anos anteriores em que foram formados 9 elementos no exterior, a ENACOL formou em 1983 6 elementos, sendo 5 no sector da aviação e 1 no sector de finanças e contabilidade.

6. Investimentos

Em 1983, a ENACOL investiu 91 733 contos contra 72 236 contos em 1982.

O projecto que absorveu maior investimento foi, sem dúvida a instalação do gás butano na cidade da Praia, que, na sua fase final terá um custo global superior a 250 000 contos.

7. Exercício financeiro

7.1 Apreciação genérica

Na apresentação do balanço e contas do exercício, foi aperfeiçoado o sistema de tratamentos contabilísticos, no sentido de se obter melhor clareza na arrumação dos números e mais adequada conformidade com o Plano Nacional de Contabilidade aprovado pelo Decreto n.º 4/84 de 30 de Janeiro, o que permitiu, com a recuperação da contabilidade, uma melhoria de gestão aos diversos níveis. Os documentos de prestação de contas estão elaborados em conformidade com as alíneas a); b) e c) do artigo 31.º das Bases Gerais das Empresas Públicas.

Na valorimetria das existências finais de produtos seguiu-se a aplicação do custo médio ponderado, critério que permitiu determinar resultados contabilísticos mais próximos dos resultados económicos e que está mais de acordo com os padrões internacionalmente aplicados e com a conjuntura petrolífera.

Continuou a verificar-se uma subida de preços dos produtos fundamentalmente devido a constante subida do câmbio do dólar. Todavia, ocorreu-se no exercício um resultado positivo de 99 680 521\$70; antes de constituída a provisão para impostos sobre rendimentos de petróleo.

7.2 Imobilizações e reintegrações:

No Imobilizado Fixo Corpóreo verificou-se em relação ao valor expresso no balanço anterior um aumento de 12 722 contos e correlativamente um aumento das reintegrações do exercício, de 14 519 contos. Contudo, o maior aumento verificado foi 64 449 nas Imobilizações em curso, devido quase exclusivamente ao Projecto de Enchimento de Cás Butano na Praia, em execução.

7.3 Provisões.

A única provisão que foi constituída foi de 34 888 contos para impostos sobre lucros, de acordo com o preceituado no Regulamento sobre os Rendimentos de Petróleo. Entre-

tanto a especificidade do sector impõe quer as empresas nacionais quer as transacionais a constituição de outras provisões, fundamentalmente a provisão para cobrança duvidosa que tem por fim fazer face a eventuais créditos incorríveis sobre clientes e outros devedores e provisões para depreciação de existências.

7.4 Disponibilidades.

As disponibilidades em Caixa e Depósito à Ordem no valor de 33 648 contos em 31 de Dezembro de 1983; destinaram-se a solver compromissos a vencer nos primeiros dias do ano de 1984.

7.5 Créditos a curto prazo.

Os créditos a curto prazo que apresentam um saldo de 320 681 contos em 31 de Dezembro de 1983, subiu em relação ao Balanço anterior 102 148 contos devido fundamentalmente a caução sobre créditos abertos que transitou com um saldo de 89 695 contos.

No concernente a conta de clientes, verificou-se somente um aumento de 10 513 contos em relação ao ano transacto, devido ao maior controlo e rigor de algumas medidas que a ENACOL começou a pôr em execução a partir do 2.º semestre de 1983.

7.6 Custos antecipados.

O saldo de 2 602 contos representa o valor de encargos assumidos em 1983, mas referentes a gerência de 1984 e tem, como montantes mais significativos, os referentes a Comissões de aberturas de créditos e pagamentos de Seguros.

7.7 Passivo.

O passivo da empresa aumentou em relação ao ano anterior de 225 774 contos devido quase exclusivamente ao incremento de 216 478 contos verificados nos débitos a curto prazo; enquanto que o incremento dos débitos a médio e longo prazo foi somente de 9 296 contos.

7.8 Capital.

O capital estatutário no valor de 60 000 contos ainda não se encontra totalmente subscrito.

Com a constituição em reservas do lucro líquido de 1982, o capital próprio da ENACOL atinge o montante de 65 478 contos.

Em relação as transacções comerciais, este capital irrisório está na origem de toda a perturbação financeira da ENACOL, pelo que é conveniente aumentá-lo sensivelmente e o mais urgentemente possível.

7.9 Vendas.

As vendas líquidas que atingiram o montante de 1 275 912 contos triplicaram em relação ao valor do exercício de 1982, devido quase exclusivamente à entrada da ENACOL no mercado de aviação.

7.10 Encargos financeiros.

Os encargos financeiros decorrentes da utilização de empréstimos bancários para aquisição de produtos, atingiram o montante de 30 325 contos, tendo excedido em 7 288 contos em relação ao exercício precedente, devido a uma importação com financiamento externo a uma taxa de juro muito elevada, cujo resultado foi o pagamento de uma despesa financeira de 9 366 contos.

7.11 Impostos indirectos.

Em relação ao exercício económico precedente o pagamento de impostos aumentou de 16 347 contos para 27 058 contos devido ao grande aumento do volume de vendas. É de realçar que 62% dos impostos referem-se a pagamentos de direitos aduaneiros sobre a importação de produtos e materiais.

7.12 Resultado do exercício:

Em virtude da entrada da empresa no mercado de aviação, do triplicar do valor das vendas e de ter processado quase o dobro do volume de produtos de petróleo, a ENACOL obteve um resultado final em 1983 que é praticamente 12 vezes o resultado de 1982 antes dos impostos:

	1982	1983	
Resultado corrente	2 552	120 249	contos
Resultado extraordinário ...	6 054	— 17 011	»
Resultados antes dos impostos.	8 427	99 630	»
Resultado depois dos impostos.	5 477	64 793	»

O resultado extraordinário de 1983 apresenta-se negativo em virtude do prejuízo cambial da referida importação com financiamento externo, que veio a resultar desfavoravelmente para a ENACOL.

Com base nos resultados da empresa, a nossa participação para os cofres do Estado é a seguinte:

Imposto sobre o rendimento do petróleo.	34 888	contos
Tesouro	37 792	»

Total... .. 72 680 contos

Para além disso, decorrente da sua actividade normal, durante o exercício económico de 1983, a ENACOL contribuiu directa ou indirectamente para o aumento das receitas do Estado no valor de 66 846 contos, através do pagamento dos seguintes encargos:

Direitos de produtos vendidos	16 884	contos
Outros impostos	10 174	»
Seguros	9 463	»
Despesas financeiras (BCV)	30 325	»

Total 66 846 contos

8. Considerações finais

O ano de 1983 foi, indubitavelmente o ano do desenvolvimento e consolidação da ENACOL, como empresa nacional de combustíveis. Com efeito, actuamos em toda a gama de mercados existentes em Cabo Verde, designadamente o mercado interno, mercados de bancas marítimas e o mercado de aviação internacional.

Na verdade, importa pôr em relevo, o profundo empenhamento demonstrado pelos nossos trabalhadores, a estruturação e organização da nossa Empresa e, bem assim, a escolha cuidadosa dos parceiros comerciais — factores essenciais — que nos ajudaram e permitiram alcançar resultados francamente encorajadores no ano de 1983, conferindo à ENACOL o perfil que merece na economia nacional.

Toda a actividade da ENACOL conjugada com o esforço lúcido do Camarada Ministro da Economia e Finanças permitiu-nos encontrar as soluções para as dificuldades enfrentadas, dando-nos o encorajamento necessário para prosseguirmos na busca das alternativas possíveis, para o melhor desenvolvimento da nossa Empresa.

Por último, o Conselho da Direcção da Empresa deseja agradecer e manifestar o seu apreço:

- À Secretaria de Estado da Indústria e Energia que tem acompanhado as actividades principais da Empresa.
- Ao Banco de Cabo Verde, pela forma como tem colaborado com a ENACOL na resolução dos problemas financeiros e pelo apoio e dinamismo dos seus funcionários.
- Ao Instituto de Seguros e Previdência Social, que tem respondido prontamente todas as solicitações da ENACOL.
- Os diferentes organismos estatais que têm contribuído directa ou indirectamente na consolidação e desenvolvimento da ENACOL.
- Aos agentes, revendedores, clientes e armadores pela grande colaboração e participação nas actividades da Empresa.

Pelo Conselho da Direcção, Rui Spencer Lopes dos Santos, Director-Geral.

Balanço de origem e aplicação de fundos

1982/1983

Contas	Valores em contos	
	Sub-total	Total
Origem de fundos:		
Diminuições do activo:		
Caixa	6 408	
Sector público estatal	781	7 189
Aumento do passivo:		
Fornecedores	29 110	
Empréstimos obtidos	33 134	
Sector público estatal	851	
Credores p/forn. imobilizado	17 539	
Devedores e credores diversos	104 547	
Provisões p/impostos s/lucros	31 938	
Empréstimos bancários	13 214	230 333
Aumentos de capital próprio:		
Reservas	5 478	
Resultados líquidos	59 316	64 794
		302 316
Aplicação de fundos:		
Aumentos do activo:		
Depósitos à ordem	1 369	
Clientes c/corrente	10 513	
Fornecedores	3 696	
Empréstimos concedidos	2 473	
Outros devedores	86 242	
Existências	116 204	
Imobilizados	77 171	
Custos antecipados	84	297 757
Diminuições do passivo:		
Clientes c/corrente	641	
Outros empréstimos concedidos	3 918	4 559
		302 316

ENACOL, em S. Vicente, 31 de Março de 1984. — O Técnico da Contabilidade, Alice Gomes F. Silva Monteiro — O Director Financeiro, Alberto Joséfá Barbosa. — O Director-Geral, Rui Spencer L. dos Santos.

Principais rubricas respeitantes a 4 anos de actividade de ENACOL

Unidade: contos

Rubricas	1980	1981	1982	1983
Capital social... ..	60 000	60 000	60 000	60 000
Imobilizado... ..	60 220	135 663	207 899	299 588
Investimentos anuais... ..	28 507	75 444	72 236	91 733
Amortizações... ..	4 105	11 762	23 628	38 147
Compra de produtos... ..	277 103	437 272	329 716	1 096 678
Juros pagos ao BCV... ..	8 134	26 910	23 037	30 325
Impostos indirectos... ..	1 686	8 626	16 037	27 058
Serviços terceiros... ..	13 656	24 150	33 087	38 646
Despesas com pessoal... ..	5 765	7 556	10 769	16 688
Vendas globais... ..	200 162	421 001	446 991	1 282 870
Vendas de produtos... ..	199 938	413 840	442 571	1 275 912
Prestações de serviços... ..	7 673	8 728	11 817	11 903
Result. operac. brutos... ..	34 796	73 085	93 726	291 370
Result. antes de impostos... ..	3 613	4 135	8 428	99 681
Impostos sobre lucros... ..	1 334	1 447	2 949	34 888
Result. líq. depois do imposto... ..	2 478	2 687	5 478	64 792

S. Vicente, 19 de Julho de 1984. — O Director-Geral, Rui Spencer Lopes dos Santos.

Comparação dos balanços em 31 de Dezembro de 1982 e 31 de Dezembro de 1983 (em contos)

ACTIVO				PASSIVO			
	1982	1983	Diferenças		1982	1983	Diferenças
Disponibilidade:				Débitos a curto prazo:			
Caixa	7 452	1 044	- 6 408	Clientes c/corrente	959	318	- 641
Depósito à ordem	31 235	32 604	+ 1 369	Fornecedores	15 754	44 864	+ 29 110
	38 687	33 648	- 5 039	Empréstimos obtidos	384 588	417 722	+ 33 134
Créditos a curto prazo:				Sector público estatal	244	1 095	+ 851
Clientes	195 995	206 508	+ 10 513	Credores p/fornec. imobilizado	7 253	24 792	+ 17 539
Fornecedores	1 388	5 034	+ 3 696	Devedores e credores diversos	13 886	118 433	+ 104 547
Empréstimos concedidos	206	2 684	+ 2 478	Provisões p/impostos s/lucros	2 950	34 888	+ 31 938
Sector público estatal	16 328	15 547	- 781		425 634	642 112	+ 216 478
Estado c/subscrição	546	546	-	Débitos a médio e longo prazo:			
Outros devedores	4 070	90 312	+ 86 242	Empréstimos bancários	64 666	77 880	+ 13 214
	218 533	320 681	+ 102 148	Outros empréstimos obtidos	91 293	87 375	- 3 918
Existências:					155 959	165 255	+ 9 296
Mercadorias	181 829	300 423	+ 118 594	Total do passivo:			
Mat. primas subs. consumo	15 623	14 389	- 1 234	Situação líquida:			
Embalagens com. retornáveis	5 116	3 960	1 156	Capital estatutário	60 000	60 000	-
	202 568	318 772	+ 116 204	Reservas	-	5 478	+ 5 478
Imobilizações corpóreas:					60 000	65 478	+ 5 478
Terrenos e recursos naturais	292	292	-	Resultados transitados			
Edifícios e outras construções	22 659	24 254	+ 1 595		5 167	5 167	-
Frota marítima	2 200	1 950	- 250	Resultados líquidos:			
Material de carga e transp.	1 250	2 625	+ 1 375	Resultados correntes do exercício	2 552	120 249	+ 117 697
Equip. básico e out. máq.	78 117	37 676	- 40 441	Resultados extraord. do exercício	6 054	- 17 011	- 23 065
Ferramentas e utensílios	43	132	+ 89	Resultados exercício anteriores	- 179	- 3 558	- 3 379
Equip. administ. social	2 100	2 454	+ 354		3 427	99 680	+ 96 253
	106 661	119 583	+ 12 922	Resultados antes dos impostos	- 2 950	- 34 887	- 36 937
Imobilizações em curso				Resultados líquidos depois impostos.			
	77 610	142 059	+ 64 449		5 477	64 793	+ 59 316
Custos antecipados:				Total do passivo e sit. líquida			
Despesas antecipadas	2 562	2 602	+ 40		652 237	942 805	+ 290 568
Custos pluriennais	5 616	5 660	+ 44				
	8 178	8 262	+ 84				
Total do activo	652 237	942 805	290 568				

Balço em 31 de Dezembro de 1983

Código de contas	ACTIVO	Activo Bruto	Amortização e Provisões	Activo Líquido	Código de contas	PASSIVO
	Disponibilidades:					Débitos a curto prazo:
11	Caixa	1 043 806\$60		1 043 806\$60	21	Clientes c/caução... .. 318 400\$00
12	Depósitos à ordem	32 603 937\$22		32 603 937\$22	22	Fornecedores... .. 44 863 527\$80
		33 647 743\$82		33 647 743\$82	23	Empréstimos conced. e obtidos 417 721 596\$80
	Créditos a c/prazo:				24	Sector público estatal... .. 1 095 268\$10
21	Clientes c/corrente	206 508 414\$74		206 508 414\$74	26	Devedores e credores diversos 143 225 235\$70
22	Aciantamento a fornecedores	5 083 681\$55		5 083 681\$55	28	Provisões p/imp. s/rend. petróleo... .. 34 888 182\$49
23	Adiantamento ao pessoal	1 234 348\$30		1 234 348\$30		642 112 210\$89
23	Outros emp. concedidos	1 450 000\$00		1 450 000\$00		Débitos à médio e longo prazo:
24	Sector público estatal	15 546 704\$40		15 546 704\$40	23	Empréstimos conced. e obtidos 165 255 497\$70
25	Estado c/subscrição	546 000\$00		546 000\$00		Situação líquida:
26	Devedores diversos	90 311 920\$00		90 311 920\$00		Capital próprio:
		320 681 068\$99		320 681 068\$99		Capital estatutário 60 000 000\$00
27	Despesas antecipadas:				55	Reservas gerais 5 478 263\$55
	Custos antecipados	2 602 153\$40		2 602 153\$40		65 478 263\$55
	Existências:				59	Resultados transitados:
32	Mercadorias	300 423 166\$30		300 423 166\$30		Exercício 1980/1981 5 166 850\$86
36	Matérias primas subs. e cons.	14 338 961\$86	891 080\$80	14 383 961\$86		Resultados líquidos:
37	Embalagens com. retornáveis	4 851 569\$60		3 960 488\$30	88	Resultados correntes do exercício 120 248 872\$71
		319 663 697\$76	891 080\$80	318 772 616\$96		Resultados extraordinários... .. (17 010 705\$60)
	Imobilizações corpóreas:					Resultados exercícios anteriores (3 557 645\$70)
421	Terrenos e recursos naturais	291 575\$00		291 575\$00		Resultados líquidos antes imposto 99 680 521\$41
422	Edifícios e outras construções	26 096 873\$50	1 843 033\$70	24 253 839\$80		Provisões p/impostos s/lucros (34 888 182\$49)
423	Frota... ..	2 700 002\$00	750 000\$00	1 950 002\$00		Resultados líquidos depois impostos 64 792 338\$92
424	Outro material de c. e transp.	3 887 171\$80	1 262 634\$10	2 624 537\$70		
425	Equip. básicos e outras máquinas	120 845 056\$15	33 169 234\$60	87 675 721\$55		
426	Ferramentas e utensílios	229 455\$00	97 072\$40	132 382\$60		
427	Equip. admin. social	3 478 854\$40	1 025 178\$60	2 453 675\$80		
		157 528 987\$85	38 147 253\$40	119 381 734\$45		
		142 059 347\$40		142 059 347\$40		
44	Imobilizações em curso:					
47	Custos pluriennais	5 660 496\$90		5 660 496\$90		
	Total de provisões		891 080\$80			
	Total de amortizações		38 147 253\$40			
	Total do activo	981 843 496\$12	39 038 334\$20	942 805 161\$92		Total do passivo e sit. líquida 942 805 161\$92

478 N.º 31 — BOLETIM OFICIAL DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — 4 DE AGOSTO DE 1984

O Director Financeiro, Alberto Joséfa Barbosa — O Técnico da Contabilidade, Alice Gomes F. Silva Monteiro — O Director-Geral, Rui Spencer L. dos Santos.